

Calheiros quer mudar votações no Congresso

O líder do governo, deputado Renan Calheiros, apresentou ontem ao Congresso um projeto de resolução que permite aos líderes partidários, que representam em plenário bancadas com um mínimo de 80 parlamentares, exigir votação nominal de matérias em qualquer momento das sessões. Além de alterar o regimento interno do Congresso, a proposta de Calheiros resolve um problema para o governo, cujos líderes operam com "lideranças móveis". Ou seja, esses líderes recolhem votos de apoio em todas as bancadas, mas esse trabalho esbarra sempre no dispositivo regimental que só permite a tomada individual de voto de deputados e senadores no intervalo de uma hora depois de cada pedido de verificação de votação. Com isso, prevalece o voto simbólico dos líderes, com o qual a oposição detém maioria teórica sobre a bancada governista.

Calheiros argumenta que o voto simbólico das lideranças restringe o exercício pleno do mandato parlamentar. De fato, isso ocorreu na semana passada, quando era votada a medida provisória 184, sobre o desbloqueio de cruzados novos. Os líderes de oposição pediram verificação de quórum para votar um assunto irrelevante (se votavam antes a medida provisória ou o projeto de conversão do relator Marcelo Cordeiro) e o governo, com maioria em plenário, ficou impedido de se manifestar.

A proposta de Calheiros não deve encontrar resistência. Mas o vice-líder petista, José Genoino, acha que continua sendo "discricionário" limitar a possibilidade do pedido de verificação nominal ao apoio de 80 parlamentares. "Quero reduzir para 30 deputados, ou então que o regimento admita que qualquer deputado, a qualquer momento, possa exigir a votação individual." Pelo PMDB, o líder

Ibsen Pinheiro pretende apresentar emenda ao projeto de Calheiros, para incluir uma regra disciplinar pela qual a bancada se obriga a seguir o líder nos votações.

Ainda ontem, no Congresso, foi dado o primeiro passo para a aprovação da MP 189, que institui o índice de reajuste de valores fiscais para a correção do BTN e dos depósitos em poupança. A medida recebeu um tratamento de "urgência e relevância" e representa uma brecha para que os partidos de oposição tentem novamente modificar o limite dos saques na poupança. Tudo vai depender das negociações conduzidas pelo relator deputado Luiz Roberto Ponte (PDMB-RS) com a cúpula do partido e a área econômica do governo.

Enquanto isso, a assessoria econômica do PT dá os últimos retoques a um pacote de medidas a ser encaminhado ao Congresso como alternativa para um eventual Plano Collor II. O plano do PT contém duas novidades: liberação dos saques até 1 milhão de cruzeiros retidos no Banco Central e a criação de uma caderneta de poupança "imexível". O pacote ainda prevê alternativas para a negociação da dívida externa e uma política de preços e salários, além de investimentos à produção. "Algo precisa ser feito com urgência, porque o Plano Collor virou um paciente terminal", compara o economista Aloísio Mercadante. Coordenador dos estudos desenvolvidos pelo governo paralelo do PT, Mercadante prevê novos choques na economia para os próximos meses. "Um plano mais leve pode vir antes das eleições, a pretexto de segurar a inflação, e um outro mais violento depois de 3 de outubro", desconfia ele. "A verdade é que o governo perdeu o controle da situação."